



## **GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais**

### **Coordenador(es):**

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

### **Patrimônio cultural, território e identidade: O caso da Comunidade do Porto do Capim.**

**Autoria:** Helena Tavares Gonçalves (aluna)

Essa comunicação diz respeito às reflexões suscitadas por meio de pesquisa de campo junto aos moradores da Comunidade do Porto do Capim, localizada no centro histórico da cidade de João Pessoa/PB, em relação à luta em defesa do território. A questão que norteia a discussão é procurar compreender como a luta em defesa do território desencadeou processos, relações e sentimentos de pertencimento identitário dos moradores enquanto comunidade tradicional ribeirinha e como patrimônio vivo do centro histórico. Ao longo vinte anos os moradores locais convivem com a ameaça de remoção de suas residências em função de projetos de revitalização encabeçados por órgãos públicos nas instâncias federal, estadual e municipal sob a justificativa da recuperação ambiental e do patrimônio cultural. A partir de 2013, por meio do PAC Cidades Históricas, os moradores viram seu direito ao território mais uma vez ameaçado em função da aprovação de projetos que tinham por objetivo a recuperação do patrimônio cultural, por meio da remoção das 500 famílias que vivem na região. Essa conjuntura provocou a organização política dos moradores e a construção de redes de colaboradores externos. Nesse contexto surge a Associação de Mulheres do Porto do Capim, grupo que representa as reivindicações dos moradores nas instâncias de negociação política. As articulações tecidas entre a associação e colaboradores externos resultou na abertura de Inquérito Civil Público, que visava, por um lado, denunciar a violação de direitos humanos em curso e por outro fomentar campos de diálogo e negociação entre poder público e os moradores do Porto do Capim. No decorrer desse processo a comunidade foi reconhecida enquanto tradicional e ribeirinha via Parecer Técnico Antropológico (n. 03/2015 MPF/SR-PB)). Na tentativa de conquistar o reconhecimento enquanto ocupantes legítimos de um espaço protegido pela lei de tombamento que incidem sobre o patrimônio cultural edificado, os moradores do Porto do Capim recorrem ao reconhecimento de suas tradições, num processo de ?tomada de consciência? (Arruti, 2004), o grupo assume a ideia de cultura viva, onde a dimensão da mudança pode fazer parte da coisa



preservada, estabelecendo novos entendimentos sobre o patrimônio cultural local. Ao reivindicarem uma identidade tradicional, passam a operar também como tradutores de seus modos de vida. Aqui a cultura torna-se objeto de ação política, onde a noção de pertencimento é acionada por um conjunto de lembranças que estão conectadas às necessidades do tempo presente (Hall, 2006), fazendo com que a noção de identidade esteja conectada às formas pelas quais o grupo passa a ser externamente representado a partir de lógicas de natureza jurídica, política, social, econômica, ambiental.



## Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

### Realização:



### Apoio:



### Organização: